



AICEP fica sob a tripla tutela dos Ministérios da Economia, dos Negócios Estrangeiros e das Finanças

Leonete Botelho

Na nova lei orgânica do Governo, grande parte dos institutos públicos vai ficar na dependência de mais do que um Ministério. Pelo menos para já

● A Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) vai ficar sob a alçada do ministro da Economia e do Emprego, mas a definição das suas orientações e o acompanhamento da sua execução serão feitas em articulação com o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas. Isto sem prejuízo das competências legais já atribuídas ao ministro das Finanças e ao Conselho de Ministros, segundo a nova lei orgânica do Governo a que o PÚBLICO teve acesso.

Fica assim pelo caminho a pretensão de Paulo Portas de ficar, ele próprio, com a tutela da mais importante estrutura de diplomacia económica, uma ideia bem aceite pelos diploma-

tas, sobretudo para evitar a duplicação de esforços dos Negócios Estrangeiros e da Economia diagnosticada nos anteriores governos desde, pelo menos, o de Durão Barroso.

Esta tutela partilhada por mais do que um ministério não é caso único no novo Executivo. Pelo contrário, é uma opção assumida e o traço mais inovador desta lei orgânica, aprovada no Conselho de Ministros extraordinário de terça-feira e ainda não publicada em Diário da República. Um exemplo claro é o da Parpública, empresa estatal que gere as participações públicas, que se mantém no Ministério das Finanças, mas em articulação com a Economia e o "ministro competente em razão da matéria", quando estejam em causa empresas participadas. As Finanças ficam também com o Instituto de Informática, em conjunto com a Segurança Social e a Economia.

Sendo o maior dos ministérios na actual orgânica, a Economia recebe, por via das suas novas competências, todas as estruturas que dizem respeito ao Trabalho, assim como o Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu (em conjunto com a Segurança Social),



DANIEL ROCHA

A partilha de tutelas de organismos do Estado é uma opção deste Governo

o Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional e o Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (em articulação com a tutela do Mar). Mas também as Agências de Inovação (a par do responsável pela Ciência) e para a Qualificação (com o ministro da Educação). Até as Comissões de

Coordenação Regional passam a ser geridas, em conjunto, pela Economia, os Assuntos Parlamentares (autarquias) e Agricultura (ordenamento do território).

Já a Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental, antes na tutela da Defesa, fica em ex-

clusivo no Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território. Que divide competências com a Defesa e a Educação sobre o Instituto Hidrográfico e a Agência Europeia para a Segurança Marítima.

De resto, a lei orgânica mantém, para já, a estrutura definida pelo primeiro governo de José Sócrates. Mas será por pouco tempo, uma vez que o Governo de Passos Coelho já anunciou estar a estudar, até Outubro, a reestruturação do edifício administrativo do Estado, tanto o central como o que chamam de "paralelo" (institutos, fundações, agências, empresas). Nessa altura será anunciada a "dieta" do Estado, estando previstas fusões, extinções, privatizações e reestruturações de serviços e organismos.

Mas esta lei orgânica já está desactualizada. É que, nela, o Ministério da Administração Interna conta apenas com um secretário de Estado. Não está previsto o lugar de adjunto, cargo que não chegou a ser ocupado por Bernardo Bairrão e que só veio a ser preenchido na quarta-feira, com o anúncio de que Juvenal Silva Peneda iria tomar posse no dia seguinte. E tomou.